O ACESSO ÀS ESCOLAS DO CAMPO E O TRANSPORTE ESCOLAR

O ACESSO ÀS ESCOLAS DO CAMPO E O TRANSPORTE ESCOLAR

Resumo:
O presente estudo tem como objetivo apontar as dificuldades de acessibilidade enfrentadas pelos estudantes, professores e pesquisadores para freqüentar e trabalhar em uma escola do campo no estado de Mato Grosso. E discutir os percalços pelos quais passam a comunidade de estudantes rurícolas em relação a sua acessibilidade à escola; estrutura física, transporte escolar e formação docente. O colégio Paulo Freire esta situada num dos maiores Assentamento do mundo. Localizado no Estado de Mato Grosso que faz divisas com três municípios: Barra do Bugres, Tangará da Serra e Nova Olímpia. Entre outros aspectos, apresenta e discute a questão da acessibilidade a partir de experiências vivenciadas pelas pesquisadoras para se chegar à área da pesquisa. Como metodologias de pesquisa foram adotadas algumas das ferramentas da etnografia como: descrição no diário de campo, entrevista. Toda esta realidade abordada neste artigo aponta para o fato de que o processo de escolarização executado nas instituições camponesas muitas vezes "passam" ou tem uma tendência para um processo de escolarização de mecanização do conhecimento onde o aluno age como se fosse um robô, que apenas exerce a função para as quais foi programado retratando a inconformidade da instituição ao seu meio.

Palavras-chaves: Escola Rural; Acessibilidade as Escolas Rurais; Estudante camponês.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutiremos parte da pesquisa "O Ensino de Ciências nas Escolas Rurais"[1], em que buscamos analisar como estudantes e professores da 6ª série do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Paulo Freire (Tangará da Serra/MT), percebem o meio ambiente e como este é tratado em sala de aula, além de debater a importância do vínculo entre conteúdo escolar e as práticas sociais circundantes à escola. Para tanto, utilizamos ferramentas metodológicas da etnografia, tais como observação, entrevistas e um diário de campo.

Metodologia de pesquisa desenvolvida pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Os pesquisadores da área da educação fazem uma adaptação dessa técnica para desenvolver suas pesquisas. Certos requisitos que fazem partem da etnografia não foram cumpridos, como por exemplo, longa permanência no campo, usos de amplas categorias sociais na análise de dados, entre outras (ANDRÉ, 1995; SANTOS, 2005).

Neste artigo, discutiremos outra questão, que emergiu ao longo da pesquisa, não relacionado estritamente ao Ensino de Ciências, mas que pensamos ser pertinente debater visto sua relevância: as dificuldades enfrentadas em relação à acessibilidade da escola rural, estrutura física e transporte escolar.

Muito se têm falado a respeito da acessibilidade e sua importância na vida dos cidadãos como meio de promover a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais.

No entanto, ainda é muito comum no dia-a-dia nos depararmos com situações em que pessoas ditas "normais" – que não possuem deficiências físicas, impossibilitadas ou com dificuldades em ir e vir – interagir com outros indivíduos, culturas e até mesmo ter acesso ao conhecimento, em escolas, por exemplo. Em relação às instituições de ensino, segundo a Constituição Brasileira, é garantido às pessoas em idade escolar o acesso e a permanência a tais instituições (BRASIL, 1988 p. 138).

No entanto, especialmente nas escolas rurais assegurar as vagas não é o suficiente para os indivíduos terem acesso ao estudo, torna-se necessário possibilitar o transporte das crianças e adolescentes à escola. E estradas em condições de trafegar os veículos. Pois muitas vezes existe o transporte, mas as a falta de infra-estruturas nas mesmas impossibilita o trânsito dos veículos e em conseqüência impede a chegada dos estudantes até as instituições. Egami *ET AL* (2008) afirma que para os estudantes residentes na área rural, o transporte torna-se essencialmente importante para que se consiga ter acesso à escola.

Segundo Houaiss (2005), acessibilidade é a facilidade de acesso. Infelizmente chegar até a escola do campo é um grande desafio para seus estudantes e corpo docente devido às dificuldades em função da distância, falta de transporte e estradas inadequadas, dentre outros fatores. Tal fato somente faz aumentar o abismo da qualidade e da aprendizagem entre escolas rurais e urbanas.

O que torna uma escola acessível, nesse sentido, não é a quantidade de vagas, mas a possibilidade das crianças chegarem à mesma. Infelizmente, em nosso país, estar distante de um centro urbano torna mais difícil essa missão, em especial em função da infraestrutura das

estradas e dos veículos de transporte em regiões afastadas. Nessa perspectiva, Egami *et al* (2008, p.3) afirma que "quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixas a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. O não fornecimento de um meio de transporte pode acarretar no não comparecimento do professor e de muitos estudantes às aulas".

Quando se considera toda a trajetória e as dificuldades que muitas vezes estes estudantes e docentes da área rural têm em chegar à sala de aula devida à distância da escola de suas residências, transporte inadequado, estradas em condições inapropriadas para locomoção dos veículos fica evidente que existe uma incoerência com que estabelece a Lei nº 9.394, de 1996 que estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional no Artigo 3º inciso I que garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Se compararmos a disponibilidade de acesso da população estudantil camponesa e a urbana aos centros de ensino veremos que os educandos da cidade têm maior acessibilidade, pois estão mais próximos da instituição, contam com estradas melhores e transportes em melhor condição de trafegar. Desta forma a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é diferente.

A comunidade de estudantes camponeses e instituições de ensino do campo que o diga. Não é raro depararmos com situações no cotidiano que configuram esta realidade. Muitas vezes os alunos e professores são submetidos a verdadeiras aventuras para chegar até a escola, porque o meio de transporte está em péssimo estado de conservação e as estradas muitas vezes são quase intransitáveis. Quando chegam até as instituições se depararam com infra-estruras inadequadas, professores mal qualificados, Currículos que não contemplam sua realidade e se não bastasse tudo isso a escola na sua forma de ser é a mesma da cidade, mesmo estando no campo. Furtado (2008, p.15) discute que:

> A qualidade do ensino ministrado no meio rural pode ser analisada do ponto de vista da precariedade da oferta: instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício; bem como se considerando o capital sócio-cultural em jogo, conseqüência do isolamento e desamparo histórico a que tem sido submetida a população do meio rural, o que é claramente visível pelo alto índice de analfabetismo.

Outro agravante é a inadequação da escola ao local onde esta inserida que tem contribuído para que estudantes não consigam relacionar o que é aprendido em sala de aula com o seu dia. Mesmo as propostas curriculares apresentadas pelos PCNs, dizer que a escola tem que elaborar sua proposta curricular de ensino respeitando a característica do ambiente em que se situa a escola. Isso muitas vezes acontece nas escolas rurícolas.

Mesmo porque até os docentes não se deram conta de que a escola do campo deve ser diferente na sua forma de ser. Eles reconhecem que ela é diferente em relação apenas ao tratamento de aluno para professor. E não que ela tem características particulares e para tanto deveria ter uma forma diferenciada que contemplasse essas particularidades, como metodologia e currículo entre outros diferentes dos colégios urbanos para se trabalhar nela.

Isto ficou evidente através das pesquisas feitas com os professores que ministram Biologia na escola Paulo Freire. Quando questionados por meio entrevista a respeito se eles achavam mais fácil trabalhar na escola rural e se existia diferença em relação às escolas urbanas.

O professor A (físico) argumentou que: é até mais fácil ministrar aulas para esse público, uma vez que o comportamento dos estudantes é diferente: *Na zona rural eles são mais controláveis em sala de aula. São moderados porque não tem tantas opções*[2].

Já o Professor B (Ensino Médio) nunca trabalhou em escolas urbanas, no entanto, acha que é mais fácil trabalhar na zona rural porque é o local que está habituado, pois nunca atuou na cidade. Sempre morou no campo. Ele argumenta que

> *Existe diferença entre a escola urbana e rural em alguns aspectos e outros não. A cidade oferece oportunidades melhores para o professor preparar suas atividades, por exemplo, biblioteca, computadores com internet e isto auxilia ele na preparação de suas aulas*[2].

O professor C, que também é diretor da escola, está na área da educação já faz cinco anos e teve a oportunidade de conhecer as duas realidades: rural e urbana. É habilitado em Histórias e está a três anos na direção da escola, diz que:

> *Trabalhar em zona rural é muito mais difícil. O professor da cidade não se envolve com a comunidade, fica mais interno se preocupando apenas com os acontecimentos da sala de aula. Mantendo certa distância dos educandos e dos pais. Há uma aproximação somente ali no período da aula apenas. Enquanto que na escola do campo isto é diferente porque parte da sua vida é envolvida com a comunidade. Os eventos que acontece na comunidade tanto a escola, quanto o docente, acabam sendo envolvidos porque a população cobra isto deles*[2]

A Professora D, por sua vez, é bacharel em Engenharia florestal, e está atuando como professora há cerca de quatro anos. Têm experiência em ministrar aulas tanto no campo quanto na cidade. Afirma que:

> Existe uma diferença muito grande em trabalhar na escola rural porque o vínculo entre o aluno e o professor é muito maior. Enquanto na cidade as relações entre aluno e professor são mais distantes. Eles mal se conhecem, aqui, eu morro na escola convivo todos os dias com eles fazendo com que tenha uma proximidade maior. Isto às vezes cria certas situações desagradáveis porque eles só vêem a professora. E eu não sou professora o tempo todo[2].

O PCN (BRASIL, 2001, p.96) destaca que, "as adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequarem objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no país". De acordo com o relatório

da I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo (2002), "existe quase vazio em relação a propostas pedagógicas que tomem o campo como referência; no próprio âmbito das teorias educacionais críticas o parâmetro é das escolas urbanas". Kolling *et al.* (1998), destaca que a falta de inserção e valorização do ambiente da escola compromete a assiduidade dos habitantes do campo nas escolas. Nesse sentido, "a inadequação da escola ao meio, faz com que as populações rurais não sintam sua necessidade" (PRETTI, 1987, p 14).

Toda esta realidade que tem prevalecido nas instituições camponesas onde ela está no campo porem é voltada para cidade porque toda sua maneira de ser é a mesma da zona urbana, como declara Marques e Guenther, (1998). Tem contribuído muitas vezes para um processo de escolarização de mecanização do conhecimento onde o aluno age como se fosse um robô, que apenas exerce a função para as quais foi programado retrata a inconformidade da instituição ao seu meio.

Apesar de estarmos no século XXI e já estar claro que uma comunidade escolar é formada por pessoas heterogênicas mesmo assim, ela ainda não é pensada de forma que contemple a diversidades regionais de cada cultura. Isto tem levado ela a contribuir para alagar os espaços entre etnias oprimidas e dominantes. Santomé (1998) afirma que quando se analisa os conteúdos e as propostas curriculares das escolas são perceptíveis a presença abusiva de culturas hegemônicas e o silenciamento de culturas e grupos sociais minoritários.

2. ACESSO AS ESCOLAS RURAIS

A questão do acesso à escola em nossa pesquisa não era o foco de estudo, no entanto, os contratempos encontrados no percurso até onde a instituição está situada. O Ensino de Ciências acabou sendo um dos tantos temas que a pesquisa suscitou, não sendo possível deter-se a ele, uma vez que os diversos acontecimentos, inerentes às práticas de pesquisa e ao cotidiano desta – e de muitas outras – escolas do campo trouxeram à tona objetos de estudo de suma importância. Apresentaremos a seguir, alguns desses percalços que nos acometeram e tornaram-se um dos temas da pesquisa: o acesso às escolas do campo e o transporte escolar.

O município de Tangará da Serra conta com várias escolas rurícolas, dentre elas a Escola Estadual Paulo Freire, que está localizada no Assentamento Antônio Conselheiro – considerado o maior da América Latina – cerca de 60 quilômetros da região urbanizada do município de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso.

Na primeira incursão nossa ao assentamento, para conhecer o contexto social das pessoas que lá residiam, era época de seca no estado, as estradas estavam boas, apesar de não

serem asfaltadas e o microônibus sacudir bastante. De qualquer modo, passamos bastante calor porque o veículo não tinha ar condicionado e não podíamos abrir as janelas do mesmo, pois de outro modo, não conseguiríamos respirar por causa da poeira. Apesar de toda essa realidade a viagem foi tranqüila conseguimos chegar no tempo que havíamos imaginado: uma hora e meia de viagem.

Na segunda viagem, fomos para o local de ônibus, pela empresa que faz aquela linha. Os contratempos na viagem foram maiores do que na primeira vez, porque estava no período das chuvas. Saímos de Tangará às 16 horas, rumo ao Assentamento Antonio Conselheiro. Já conhecia a escola, mas era a primeira vez que teria contanto mais direto com todos da escola.

Na ocasião a ansiedade tomava conta de mim. Estava apreensiva porque não conhecia o local aonde me hospedaria[2], não sabia se quando chegasse lá teria alguém me esperando. Estava chovendo, o medo predominava o tempo todo, pois a possibilidade de o ônibus atolar ou quebrar no caminho era muito grande. O tempo gasto foi muito maior que a viagem anterior, em alguns momentos o ônibus andava quase parando, por causa da lama nas estradas e a sua péssima conservação, em outros tinha que parar porque havia árvores caídas e impedia o trânsito.

Depois de quase 3 horas de viagem cheguei à Paulo Freire. Já era quase 20 horas. A escola estava movimentada porque era o período em que aconteciam as aulas. A recepção foi excelente, tanto a moradora que me hospedou, quanto o diretor estavam à minha espera. *ASa*[3], a moradora que me acolheu, foi extremamente gentil e deixou sua casa à minha disposição.

No dia seguinte, pude constatar a realidade vivida pelos estudantes e docentes. Mais uma vez não teve aula porque o ônibus tinha quebrado. E falta de aula por ausência de transporte.

Se conseguissem arrumar, talvez no período seguinte pudesse ter atividades na escola. Tal fato não ocorreu: os estudantes ficaram dois dias naquela semana sem aula por falta de transporte. A falta de aula por causa do transporte era rotineira já que os veículos estão em péssimo estado de conservação tendo em vista que os mesmos são aqueles que são tirados de circulação na cidade por não apresentar condições adequadas para transitar são enviados para lá. Mesmo porque não seria viável colocar ônibus novos num local onde as estradas são quase intransitáveis tanto no período das chuvas quanto na seca

[2] Nesta viagem pensamos ser mais viável permanecer no Assentamento, para um maior acompanhamento do cotidiano da escola e também em função da distância entre este e o centro urbano.

[3] Ao referir-me às pessoas que participaram do projeto (professores, estudantes, diretor e outros), não o farei por seus nomes, a fim de preservar suas identidades. Usarei duas letras com suas iniciais e a letra "a" e "o" para identificar o gênero da pessoa (feminino ou masculino, respectivamente), grifadas em itálico.

Na terceira vez que voltei a campo os transtornos foram ainda muito maiores. Como era o período das chuvas e eu queria ganhar tempo resolvi ir de motocicleta[4] até a escola, pois já imaginava que as estradas deveriam estar difíceis para transitar em conseqüência das fortes chuvas. Pensei: "vou de moto, porque ela passa em qualquer lugar". Quanta ilusão! Até de moto era quase impossível o trânsito. Sai de Tangará quinze para as seis da manhã com o objetivo de, no máximo, sete e meia chegar lá, haja vista que as aulas iniciavam às oito horas da manhã.

Em vários momentos tive que descer da moto e andar a pé, por causa dos atoleiros. Mesmo a pé era difícil de seguir porque até eu ficava atolada. Se fosse uma pessoa que praticasse a modalidade de esporte *rali*, com certeza a viagem tinha sido uma adrenalina muito boa, mas infelizmente esse não é o tipo de esporte que gosto, nem a moto em que eu estava era adequada para tanto.

Ao longo do percurso eu fiquei pensando como aqueles moradores eram verdadeiros heróis. Afinal com todas essas dificuldades para se locomoverem eles ainda sobreviviam. O meu esposo que me acompanhava em vários momentos me disse que só uma pessoa "louca" escolhia fazer uma pesquisa num local com tanta dificuldade de acesso. Nesses momentos é possível entender os motivos de não termos encontrado muitos trabalhos na área de Educação Rural: os pesquisadores não chegam até as escolas. Quando cheguei lá, estava cansada, além da revolta por perceber que aquelas pessoas do assentamento são renegadas pelo sistema da nossa sociedade, são deixadas praticamente isoladas do mundo. À distância e a falta de estradas adequadas dificultam e tornam o conhecimento acerca dessas pessoas e de sua realidade, praticamente inviável em uma pesquisa.

Interrogamo-nos, a partir dessa situação: sem sabermos quais são as problemáticas enfrentadas por eles como viabilizar políticas públicas, ou mesmo um projeto de extensão universitária? Além dessa questão, outras emergiram: que docente iria para um local desses trabalhar? Que tipo de ensino é oferecido num local de tão difícil acesso?

No entanto, embora todas essas perguntas se fizessem presentes ao chegar à escola, atentei-me ao fato de que aquele percurso, longo e penoso da cidade à escola, realizado por mim, pela terceira vez faz parte da rotina das crianças. A grande maioria delas mora longe, passa horas dentro dos ônibus.

Muitos percorrem quilômetros até chegar ao local onde o transporte escolar passa, precisam sair de madrugada de suas casas para esperar o transporte. Às vezes chegam a

[4] É importante ressaltar que grande parte das residências no assentamento, quando possui um meio de transporte motorizado próprio, é uma motocicleta.

dormir dentro do ônibus porque pontes quebraram, ou mesmo o veículos isso quando não ficam horas atoladas ou esperando as águas nas estradas diminuírem para que o veículo consiga passar. É parte de sua rotina tomar chuva, ter que voltar para casa porque o ônibus não passou, pois está (novamente) estragado, ou ficarem no meio do caminho atolados, não chegando, portanto, à escola.

Essa rotina de espera, chegar sempre atrasados na aula, cansaço por acordar cedo, esperar ônibus, engolir poeira ou tomar chuva, talvez, seja um dos motivos de termos estudantes tidos como desinteressados, apenas repetindo conhecimentos na sala de aula, sem ter noção para que sirvam, ou mesmo como utilizá-los no seu dia-a-dia. Assim, os alunos são tachados como desinteressados, como não querendo "nada com nada". Não que não exista este tipo de discente, mas como ser um educando interessado em realmente construir conhecimentos se a acessibilidade à instituição lhe é quase negada? Como ser um docente motivado se para chegar à escola é um grande desafio?

Os ônibus que fazem o transporte estão sucateados, sem a mínima condição de trafegar com segurança. Além disso, no período das chuvas, os atoleiros são os maiores problemas, na época da seca é a poeira devido à falta de infra-estrutura básica nas estradas camponesas. A vida delas é exposta a uma aventura perigosa todos os dias. Saem de casa sem saber se chegarão à escola e como irão voltar. Na instituição depara-se com um prédio em péssimo estado de conservação, sem refeitório, pois o prédio onde este se situava ameaça desabar. Até o momento de descontração, quando fazem atividades físicas, lhes é negado porque não existe uma quadra de esportes.

Outro agravante tem sido parte rotina das populações de educandos rurícolas é a perda de aulas em função da falta de transporte e de estradas adequadas para se transitar. Principalmente no período das chuvas onde as estradas ficam intransitáveis, pois as mesmas não são pavimentas.

Quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em se deslocar de uma área para outra fica evidente a importância do transporte escolar no seu dia a dia. A falta de estradas adequadas para se locomover e condução em quantidade suficiente e em condições de uso tem trazido muitos transtornos para os discentes rurícolas como baixa qualidade no seu processo de ensino aprendizado, e evasão escolar. Egami *et al* (2008) destaca que:

> quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos

> para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte.

Tais fatos, observados/vividos por nós nesta pesquisa somam-se a outras questões, como a distorção idade-série, não cumprimento da carga horária do ano letivo e a baixa aprendizagem destes estudantes uma vez que o rendimento dessas crianças acaba por ser prejudicado por não estar acompanhando as aulas devida a dificuldade para se chegar até a escola.

Estudos do Ministério da Educação apontam que, no Brasil, 96,4% da população de 7 à 14 anos têm acesso a escola, com uma taxa de escolarização para o Ensino Fundamental de 94,3% e na região Centro-Oeste, esta taxa é de 96,5%. No entanto, existe distorção de idade em relação às séries. Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001, revelam que o atraso escolar configura-se cruel e discriminador.

Na área urbana 50% das crianças que freqüentam escola estão com atraso escolar, na área rural esse contingente é ainda maior: 72% dos alunos. Talvez essa realidade deva-se ao fato de que as instituições são muito longe dos domicílios das crianças. Na área rural, apenas existe oferta para o atendimento de 24,9% das crianças de 4 a 6 anos e de 4,5% dos jovens de 15 a 17 anos (MEC, 2001).

Indiscutivelmente a instituição de ensino tem um papel importante na construção do pensamento cognitivo de um individuo. É neste espaço físico que crianças e adultos vão para construir seus primeiros conhecimentos científicos. A escola deve permitir uma escolarização que possibilite se enxergar como sujeitos de uma sociedade. È o que afirma a Constituição Federal brasileira de 1998 Art. 205. Constitui tarefa da escola “visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como se reconhecer parte de uma sociedade se ela não é inserida dentro do contexto da escola? Como visar o pleno desenvolvimento de um cidadão cuja sua cultura, sua realidade não é reconhecida.

Paulo Freire discute que, o processo de escolarização só surtira efeito como prática da liberdade e desenvolvimento quando, ao contrário daquela que é a prática da dominação, que implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo. Deve permitir através de seu exercício o que ele chama de "práxis, reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos". (FREIRE, 1987, p.38).

O retorno da última viagem que fiz as surpresas desagradáveis se fazia presentes. Novamente a apreensão tomou conta de mim porque já eram onze horas da noite, tinha chovido muito e os motoristas tinham consumido cerveja no bar que fica em frente à escola enquanto esperava o término das aulas. Naquele dia eu cheguei a Tangará era uma e meia da manhã.

Com isso quis apresentar, a partir da minha trajetória até a escola do campo, alguns dos problemas enfrentados por essa comunidade de estudantes e professores. A questão da pesquisa nas escolas rurais: como é possível realizar pesquisas em um local de tão difícil acesso? Como é possível a cidade saber dos problemas em um local em que não se chega, nem se sai, e que está isolado do centro urbano.

Um local só torna-se objeto de pesquisa e local de ação (no sentido de interferir para melhorar as condições daquele contexto) quando nos damos conta de que existe, está lá e precisa dos olhares da cidade.

Relatar estes fatos foi uma forma de tornar conhecida uma realidade que muitas vezes é desconhecida até mesmos dos centros de pesquisas e desta forma proporcionar a outros seguimentos acesso a elas para que a sociedade possa refletir sobre a real escola rural brasileira. Pois como afirma Damasceno e Beserra (2004), estudos qualitativos quantitativos sobre a realidade das escolas rurais brasileiras faz grande diferença considerando a extrema variedade do campo e o desconhecimento desta realidade por grande parte da sociedade organizada.